



A construção da cidadania e de relações democráticas no cotidiano escolar

*Ulisses F. Araújo**

* Professor Doutor da Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

Um dos objetivos centrais da educação deve ser o de promover a construção de personalidades morais autônomas, críticas, que almejem o exercício competente da cidadania, embasada nos princípios democráticos da justiça, da igualdade, da equidade e da participação ativa de todos os membros da sociedade na vida pública e política.

Será que a escola que hoje conhecemos permite, de fato, que tais objetivos sejam alcançados? Os projetos pedagógicos da grande maioria das escolas, públicas e privadas, explicitam que almejam levar seus alunos e suas alunas a compreensão dos princípios democráticos que devem reger a sociedade e à construção da cidadania, mas nos parece que suas práticas não são coerentes com os objetivos propostos. Na realidade concreta das escolas e das salas de aula o que vemos é uma preocupação quase que exclusiva com a transmissão de alguns dos conteúdos científicos acumulados pelas diferentes culturas e pela humanidade. A preocupação dos currículos é com o ensino da língua, das matemáticas, das ciências, da natureza sócio-política-econômica da humanidade e das artes. Em outras palavras, o que se privilegia é o desenvolvimento da dimensão cognitiva das pessoas, a partir de conteúdos muitas vezes descontextualizados e dissociados da realidade e dos interesses da maioria dos educandos, negligenciando outras dimensões constitutivas do ser humano e suas necessidades básicas. Nos parece que este modelo de escola não conseguirá atingir os objetivos de construção da cidadania e da democracia social.

ESCOLA E DEMOCRACIA

Se a origem e uso do termo democracia tradicionalmente refere-se à "forma de governo", ou a "governo da maioria", será que uma escola democrática é aquela em que sua forma de organização está pautada no princípio de que deve ser governada pelos interesses da maioria, que são os alunos e as alunas?

Puig, em um primeiro momento de seu livro *Democracia e participação escolar* (2000), nos lembra que, embora o termo democracia seja útil para definir um modelo desejável de relações políticas na sociedade, ele não necessariamente é adequado para caracterizar instituições como a família, a escola e os hospitais. Isto porque tais instituições sociais são constituídas por agentes que possuem interesses e responsabilidades diferentes. De acordo com ele:

"Essas instituições foram pensadas para satisfazer algumas necessidades humanas que, de maneira inevitável, implicam a ação de sujeitos com capacidades, papéis e responsabilidades muito diferentes. São alheios à idéia de participação igualitária. Os pais e as mães têm um papel assimétrico com respeito aos filhos e às filhas, da mesma maneira que os professores e as professoras o têm com respeito aos seus alunos e às suas alunas..."

Assim, além de considerar o papel da igualdade entre todos os seres humanos na construção de relações democráticas, é necessário trazer um outro

princípio para compreendermos a justiça e a democracia: a equidade, que reconhece o princípio da diferença dentro da igualdade. Ou seja, se pensamos a democracia somente a partir do ideal de igualdade, acabamos por destruir a liberdade. Se todos forem concebidos como iguais, onde ficará o direito democrático da diferença, a possibilidade de se pensar de maneira diferente e de ser diferente?

Para que o modelo de democracia seja justo e almeje a liberdade individual e coletiva é necessário que a igualdade e a equidade sejam compreendidas como complementares. Ao mesmo tempo que a igualdade de direitos e deveres deve ser objetivada nas instituições sociais, não deve-se perder de vista o direito e o respeito a diversidade, ao pensamento divergente.

Voltando a escola, esta concepção de que a democracia e a justiça pressupõe a igualdade e a equidade nos ajuda a compreender como a democracia pode ser concebida no âmbito educacional. Ou seja, parte-se, em primeiro lugar, da assimetria dos papéis de estudantes e docentes entendendo sua diferenciação natural a partir do princípio da equidade. Isso, porém, não quer dizer que em alguns aspectos ambos os coletivos não sejam iguais perante a sociedade, tendo os mesmos direitos e deveres de todos os seres humanos. Esta é uma relação complexa que solicita um raciocínio dialético para sua compreensão.

Aos professores e as professoras são destinados papéis diferenciados dentro da instituição escolar, devido a seus conhecimentos e sua experiência. A sociedade lhes atribui responsabilidades e deveres que lhes permitem, inclusive, avaliar alunos e alunas e utilizar da autoridade da função para exigir o cumprimento das regras e normas sociais. Por outro lado, tais poderes não lhes garante o direito de agir de maneira injusta, desconsiderando, por exemplo, os direitos relativos a cidadania de seus alunos e suas alunas.

Nesse sentido, se queremos falar de democracia na escola, devemos, ao mesmo tempo, reconhecer a diferença nos papéis sociais e nos deveres e buscar aqueles aspectos em que todos os membros da comunidade escolar têm os mesmos direitos. Estou falando, por exemplo, do direito ao diálogo, a livre expressão de seus sentimentos e idéias, ao tratamento respeitoso, a dignidade, etc. Tanto nas escolas quanto nos hospitais e nas famílias. Estou me referindo, afinal, a igualdade de direitos que configura a cidadania.

Retomando as idéias de Puig (2000), embora exista uma assimetria natural nas relações adulto-criança na escola, compete às escolas conseguir um bom equilíbrio entre a assimetria funcional e a simetria democrática. Seu papel, neste sentido, é preparar os estudantes para a convivência democrática da sociedade adulta, propiciando práticas pedagógicas que respeitem os princípios e valores da democracia e por meio da participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões relativas ao trabalho, aos conteúdos e à convivência coletiva. Desta maneira, embora a assimetria e uma certa hierarquia nas relações dentro da escola devam ser preservadas, pela responsabilidade inerente às funções de ensino e administração, é possível a democracia ser construída e trabalhada a partir da participação das pessoas nos processos decisórios possíveis de serem compartilhados. É assim que alunos e alunas, professores e professoras, poderão compreender durante o processo educativo, na prática e não somente na teoria, os princípios que regulam o exercício da cidadania em uma sociedade democrática.

PROMOVENDO A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA NA ESCOLA

Uma escola democrática e participativa possui um papel mais amplo na tarefa educativa do que aquele que normalmente é desenvolvido na maioria das instituições. Considero que para se atingir esses objetivos necessitamos promover uma reorganização dos espaços, dos tempos, dos conteúdos e das relações interpessoais hoje existentes dentro das instituições escolares.

Assim, pensar na construção de escolas democráticas que almejem a construção de valores de democracia e de cidadania e a construção de personalidades morais autônomas nos leva a buscar compreender alguns dos diversos fatores que interferem neste processo e a buscar formas mais realistas de reorganização do trabalho escolar. Nos leva a almejar uma escola diferente daquela que conhecemos, criada no Século XIX para atender a uma pequena parcela da população.

Vejam, a seguir, alguns aspectos que precisam ser enfrentados no cotidiano das escolas, visando a superação dos obstáculos à democratização e a construção de valores de cidadania.

• OS CONTEÚDOS ESCOLARES:

Propostas de contextualizar na realidade dos estudantes os conteúdos escolares e de trabalhar outros como a ética, a sexualidade, os sentimentos, etc., vêm sendo implementadas em muitos lugares e estão presentes, inclusive, nos pressupostos das recentes reformas dos referenciais curriculares do sistema de ensino brasileiro. As mudanças, porém, têm sido muito lentas.

Entendo que uma escola que almeje a democracia e a formação de sujeitos éticos competentes para o exercício da cidadania precisa ter coragem e desejo político de reorganizar sua estrutura curricular.

Uma das formas propostas de reorganização da escola, sem abrir mão dos conteúdos curriculares tradicionais, é por meio da inserção transversal na estrutura curricular de temas como: saúde, ética, meio ambiente, o respeito às diferenças, os direitos do consumidor, as relações capital-trabalho, a igualdade de oportunidades, as drogas e a educação de sentimentos. Essa incorporação não se dá por meio de novas disciplinas, mas com novos conteúdos que devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar e transversal aos conteúdos tradicionais. Dessa maneira, não se abre mão de conteúdos como a matemática, a língua portuguesa, as ciências e as artes, mas tais conteúdos deixam de ser vistos como a "finalidade" da educação e passam a ser encarados como "meio" para se alcançar sua real finalidade: a construção da cidadania e de personalidades morais autônomas e críticas.

• A METODOLOGIA DAS AULAS:

Por outro lado, de que adianta reorganizar os conteúdos escolares sem efetuar mudanças na própria lógica de organização do ensino? De que adianta inserir conteúdos de ética ou sobre sentimentos na escola, por exemplo, se ela seguir presa a um modelo transmissivo e autoritário de conhecimento? Será que aulas em que o sujeito da aprendizagem, alunos e alunas, exercem um papel

passivo diante dos conteúdos que lhes são transmitidos, formará o cidadão e a cidadã competentes? As respostas, mais uma vez, são negativas, de que não se constrói a cidadania a partir de relações autoritárias e com base em metodologias de mera transmissão e reprodução do conhecimento.

Essa construção pressupõe um sujeito ativo, que participa de maneira intensa e reflexiva das aulas. Um sujeito que constrói sua inteligência e sua personalidade através do diálogo estabelecido com seus pares e com os professores, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive.

Desta maneira, relacionado à reestruturação curricular, um projeto educativo que almeje a construção da democracia e da cidadania deve prever maneiras de se trabalhar o conhecimento privilegiando o desenvolvimento da competência dialógica e reflexiva dos educandos.

- **OS VALORES DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ESCOLAR:**

Parto do princípio de que os valores morais não são nem ensinados e nem nascem com as pessoas. Eles são construídos na experiência significativa que o sujeito estabelece com o mundo. Essa construção depende diretamente dos valores implícitos nos conteúdos com que o sujeito interage no dia a dia, e da qualidade das relações interpessoais estabelecidas entre o sujeito e a fonte dos valores.

Entendo que a escola, consciente de seu papel formativo e instrutivo, não pode trabalhar com qualquer valor. Se almeja a educação para a cidadania sua responsabilidade encontra-se em propiciar a oportunidade para que seus alunos e alunas interajam reflexivamente sobre valores e virtudes vinculados a justiça, ao altruísmo, a cidadania e a busca virtuosa da felicidade.

E quais seriam estes valores a serem trabalhados nas escolas? A premissa que utilizamos é a da existência de alguns valores definidos como valores universalmente desejáveis. Vivemos hoje numa cultura que almeja a democracia, ou seja, uma ordem social pautada em valores como a justiça, a igualdade, a equidade e a participação coletiva na vida pública e política de todos os membros da sociedade, e estes são os valores basais da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Dessa maneira, os princípios presentes na referida Declaração devem ser guias de referência para a elaboração de projetos educativos que objetivem a educação para a cidadania e para a construção de personalidades morais autônomas.

- **AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS:**

A construção da cidadania pressupõe a instrumentalização das pessoas para a participação motivada e competente na vida política e pública da sociedade. Ao mesmo tempo, essa formação deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de idéias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Necessitamos de uma escola cujas relações entre seus membros se assente sobre outras bases: a democracia e o respeito mútuo.

A impressão que tenho é que boa parte dos problemas disciplinares que as escolas vêm enfrentando ultimamente decorrem do fato de que as relações ali estabelecidas, contrariando a visão da maioria dos docentes, não é de respeito e, sim, de obediência. À medida que a sociedade se democratiza e que os instrumentos autoritários colocados por ela à serviço da escola vão sendo eliminados, as relações de obediência transparecem, porque não estão, de fato, baseadas no respeito e os sujeitos não se sentem mais obrigados a cumprir as regras.

O outro eixo que apontamos é o da democratização das relações interpessoais. Uma forma de operacionalizar o espaço para a participação efetiva de alunos e professores nesse processo de democratização das relações e na construção das regras é por meio das "assembléias de classe".

De acordo com Puig (2000) e Araújo (2004), as assembléias são o momento institucional da palavra e do diálogo. O momento em que o coletivo se reúne para refletir, para tomar consciência de si mesmo e para transformar tudo aquilo que os seus membros consideram oportuno. É um momento organizado para que alunos e alunas, professores e professoras possam falar de tudo que lhes pareça pertinente para melhorar o trabalho e a convivência escolar.

- **A GESTÃO ESCOLAR:**

Uma escola gerida de maneira autoritária não contribuirá para a formação de personalidades morais e para a construção do cidadão e da cidadã que acreditam plenamente na democracia.

De que maneira promover um ambiente escolar não autoritário? Retomamos aqui o conceito de assembléia. Um dos caminhos que visualizamos passa pela instituição das assembléias em dois níveis distintos: o primeiro é o de assembléia escolar, com a participação representativa de direção, docentes, estudantes e funcionários; o segundo é o de assembléia docente, com a participação de todos os professores e professoras e da direção da escola.

A responsabilidade da assembléia escolar é regular e regulamentar as relações interpessoais e a convivência no âmbito dos espaços coletivos. A responsabilidade da assembléia docente é regular e regulamentar temáticas relacionadas: ao convívio entre docentes e entre esses e a direção; o projeto político-pedagógico da instituição; a conteúdos que envolvam a vida funcional e administrativa da escola.

Com isso, atinge-se a dupla finalidade de promover a participação das pessoas nos espaços de tomada de decisão e de democratizar a convivência coletiva e as relações interpessoais. Uma escola que consegue promover a participação de toda a comunidade nos processos decisórios, por meio dos diversos tipos de assembléia que aqui discutimos, seguramente estará caminhando para sua democratização efetiva. Penso que a implementação de tais procedimentos promoverá a mudança nas relações de poder e a conseqüente construção da cidadania.

CONCLUINDO...

Concluindo este pequeno texto, a partir dos procedimentos educativos aqui citados e os princípios abordados, entendo que a educação democrática para a cidadania deve promover o desenvolvimento das competências necessárias para a participação efetiva das pessoas na vida pública e política, tendo como objetivo a construção de personalidades morais que busquem de forma consciente e virtuosa a felicidade e o Bem, pessoal e coletivo. Para isso, dentre inúmeras outras coisas, ela deve visar o desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade e o conflito de idéias, com as influências da cultura e com os sentimentos e emoções presentes nas relações do sujeito consigo mesmo e com o mundo à sua volta. Por fim, entendo que tais processos passam pela busca por sensibilizar os professores e professoras sobre a importância de construção de uma escola pública democrática, justa, não discriminatória e que garanta qualidade para todos os alunos e alunas. Esse é um pressuposto de ética docente e social que deve pautar todos os processos educativos no cotidiano de nossas escolas.

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses F. **A construção de escolas democráticas:** histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. **Assembléia escolar:** um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2004.

ARAÚJO, U. F. & AQUINO, J. G. **Os direitos humanos na sala de aula:** a ética como tema transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BOBBIO, N. **Teorias das formas de governo.** Brasília: UNB, 1986.

BRASIL. **Programa Ético e Cidadania:** construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: MEC, 2003 e 2007.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1989.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1998.

MACHADO, N. **Cidadania e Educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.

MORENO, Montserrat. Temas transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS, M.D. et al. **Temas transversais em educação.** São Paulo: Ática, 1997.

MORIN, Edgar. **Introducción al pensamiento complejo.** Barcelona: Gedisa, 1998.

PIAGET, Jean. Intelligence and affectivity: their relationship during child development. **Annual Reviews**, Palo Alto-CA, 1954. (ed.USA, 1981).

PUIG, Josep. **A construção da personalidade moral.** São Paulo: Ática, 1998a.

_____. **Ética e Valores:** métodos para um ensino transversal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b.

_____. **Democracia e Participação escolar.** São Paulo: Moderna, 2000.

ROSENFELD, D. **O que é democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.